ENGIE SOLUÇÕES CIDADES INTELIGENTES E INFRAESTRUTURA DE UBERLÂNDIA S.A. - SPE

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras 1
Relatório da Administração 5
Balanço Patrimonial 7
Demonstração do Resultado do Exercício 8
Demonstração do Resultado Abrangente 9
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido 10
Demonstração do Fluxo de Caixa 11
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 12

MOORE

Moore Auditores e Consultores
Rua Pernambuco, 554
11° andar, Savassi
CEP 30130-156
Belo Horizonte - MG
T 55 (31) 3284 8955
E moorebh@moorebrasil.com.br
www.moorebrasil.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmo Srs. Diretores da
ENGIE Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A. – SPE
Uberlândia – MG

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **ENGIE Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A. – SPE**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ENGIE Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A. – SPE**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

(i) Fomos designados como auditores da Sociedade em abril de 2021, portanto, não acompanhamos o inventário físico dos estoques existentes em 31 de dezembro de 2020, bem como não foi possível firmar juízo por meio de procedimentos alternativos de auditoria sobre a existência dos estoques e respectiva formação de custos dos mesmos e, por consequência, correta apropriação no resultado do exercício.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em

Registered in England No. 02215276. Registered office as above.
Member firms in principal cities throughout the world.

relação a **ENGIE Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A. – SPE**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações obtidas até a data deste relatório, que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração obtido antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

MOORE

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 18 de outubro de 2021.

Moore Consulting News
Auditores Independentes
CRC – MG 6.494/O-4

Adelmo de Oliveira
CRC-MG 46.235
Sócio-Contador

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhor Acionista,

A Administração da ENGIE Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A. – SPE Uberlândia ("Cidades", "PPP Uberlândia" ou "Empresa") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Empresa é uma Sociedade de Propósito Específica (SPE).

2. Controle Societário

Em 13.12.2019 a Empresa **SADENCO Sul-Americana de Engenharia e Comércio Ltda. (SADENCO)**, Controladora das empresas de Soluções de Iluminação Pública estabelecidas no Brasil, controlada pela COFELY do Brasil Serviços de Engenharia Ltda. (COFELY), constituiu a Sociedade de Propósito Específico **ENGIE Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.** possuindo a totalidade de suas ações. Sediada no Rio de Janeiro, a COFELY também atua nos segmentos de produção e comercialização de energia elétrica, vapor, água quente e gelada; prestação de serviços relacionados a eficiência na geração e utilização de energia; aluguel de bens móveis e imóveis; revenda de bens móveis; prestação de serviços técnicos relacionados a exploração de centrais de geração de energia elétrica, refrigeração, sistemas de recuperação de calor; desenvolver, projetar, realizar e explorar planos de pesquisas e desenvolvimento e programas relativos a qualquer tipo ou forma de energia ou em parceria a entidade público ou privada; participar e operar em mercados de energia elétrica, utilidades, ar condicionado, refrigeração; exploração a sistemas de comunicação e monitoramento remoto; dentre outros.

3. Ambiente Macroeconômico

O cenário pandêmico gerou retração econômica em todo o mundo, vivenciada no Brasil a partir de março de 2020 e refletida na queda de 4,1% do Produto Interno Bruto (PIB) do país - é o maior recuo anual da série desde 1990. Em 2019, o PIB havia registrado alta de 1,1%.

Nesse contexto, a inflação acumulada foi de 4,5%, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No ano anterior, o IPCA foi de 4,3%. No mercado de trabalho, os efeitos da recuperação foram modestos até o quarto trimestre do ano, com taxa de desemprego em 13,1%, próximo às máximas históricas, conforme o IBGE.

A taxa básica de juros (Selic) fechou o ano, mais uma vez, no menor patamar histórico: 2,0% a.a., enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R$ 5,19 – a moeda americana estava cotada em R$ 4,03 ao fim de 2019.

4. Desempenho Operacional

Em 2020, primeiro exercício operacional da Empresa proporcionou um faturamento bruto de R$ 29.366. O EBITDA nesse exercício foi de 4.262.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores	2020	2019	Variação (%)
Receita líquida de serviços	27.373	-	-
Lucro bruto	3.986	-	-
Margem Bruta	14,56%	-	-
EBITDA (LAJIDA) [1]	4.262	-	-
Margem EBITDA (LAJIDA) [2]	15,57%	-	-
Resultado financeiro	156	-	-
Lucro líquido do exercício	812	-	-
Margem líquida	2,97%	-	-

[1] EBITDA (LAJIDA): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + despesas financeiras líquidas + depreciação e amortização;

[2] Margem EBITDA (LAJIDA): EBITDA / receita líquida de serviços.

b) Comentários sobre as principais variações

A Receita Líquida de Serviços em 2020 foi de R$ 27.373, decorrente substancialmente pelas medições e modernização dos locais definidos em Contrato e pela Prefeitura de Uberlândia.

O Lucro líquido do exercício em 2020 foi de R$ 812, em atendimento aos prazos de execução dos serviços previstos nos contratos.

Agradecimentos

A Administração da **ENGIE Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A. (SPE Uberlândia)** agradece a contribuição de todos aqueles que colaboraram para o desempenho da Empresa no ano de 2020.

A Administração.

ENGIE SOLUÇÕES CIDADES INTELIGENTES E INFRAESTRUTURA DE UBERLÂNDIA S.A. - SPE

CNPJ nº 36.030.967/0001-63 NIRE nº 3130012960-8

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.947	-
Estoque		10.821	-
Contas a receber	5	11.989	-
Adiantamentos a Fornecedores		1.650	-
Outros Ativos Circulantes		83	-
TOTAL		**30.490**	**-**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Contas a receber	5	10.312	-
Imobilizado	6	346	-
Direito de Uso	7	292	-
TOTAL		**10.950**	**-**
TOTAL DO ATIVO		**41.440**	**-**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	2020	2019
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	10.709	-
Tributos e Contribuições		4.304	-
Remunerações e Provisões		142	-
Obrigações com Terceiros		224	-
Arrendamentos a Pagar	7	171	-
Outros passivos circulantes		140	-
TOTAL		**15.690**	**-**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Arrendamentos a Pagar	7	122	-
Bens de Terceiros em Comodato		9	-
TOTAL		**131**	**-**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9		
Capital Social		25.000	-
Resultados Acumulados		619	-
TOTAL		**25.619**	**-**
TOTAL DO PASSIVO		**41.440**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE S0LUÇÕES CIDADES INTELIGENTES E INFRAESTRUTURA DE UBERLÂNDIA S.A. - SPE
CNPJ nº 36.030.967/0001-63 NIRE nº 3130012960-8

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM
(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2020	31.12.2019
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS PRESTADOS	10	27.373	-
CUSTOS DE SERVIÇOS		(23.475)	-
Custos de Infraestrutura		(17.695)	
Pessoal		(1.211)	-
Material		(1.809)	
Serviços de Terceiros		(2.345)	-
Outros		(415)	-
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas		(420)	-
LUCRO OPERACIONAL		3.478	-
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		508	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		3.986	-
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS		156	-
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		4.142	-
IMPOSTO DE RENDA e CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(3.330)	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		812	-
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÕES		0,03	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE S0LUÇÕES CIDADES INTELIGENTES E INFRAESTRUTURA DE UBERLÂNDIA S.A. - SPE
CNPJ nº 36.030.967/0001-63 NIRE nº 3130012960-8

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM
(Em milhares de reais)

	31.12.2020	31.12.2019
LUCRO LÍQUIDO	812	-
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL LUCRO LÍQUIDO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	812	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE S0LUÇÕES CIDADES INTELIGENTES E INFRAESTRUTURA DE UBERLÂNDIA S.A. - SPE
CNPJ nº 36.030.967/0001-63 NIRE nº 3130012960-8

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

		RESULTADOS ACUMULADOS		
	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	RESERVA DE LUCROS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.2018	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-
Distribuição de Lucros	-	-	-	-
Capital a Integralizar	-	-	-	-
SALDOS EM 31.12.2019	-	-	-	-
Integralização de Capital	25.000	-	-	**25.000**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	812	**812**
Dividendos obrigatórios	-	-	(193)	**(193)**
Constituição reserva legal	-	41	(41)	-
SALDOS EM 31.12.2020	**25.000**	**41**	**578**	**25.619**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE SOLUÇÕES CIDADES INTELIGENTES E INFRAESTRUTURA DE UBERLÂNDIA S.A. - SPE
CNPJ nº 36.030.967/0001-63 NIRE nº 3130012960-8

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro Antes Imposto de Renda e Contr. Social	**4.143**	**-**
Provisão p/Imposto de Renda e Contr. Social	(3.330)	-
Lucro Líquido do Exercício	**812**	**-**
Ajustes para conciliar o lucro:		
Distribuição de Lucros	(193)	-
Depreciação e amortização	140	-
Integralização de Capital	25.000	-
Lucro ajustado	**25.759**	**-**
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes	(22.301)	-
Aumento/Redução de Estoque	(10.821)	-
Outros Ativos Circulantes	(1.732)	-
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	10.709	-
Aumento/Redução de Tributos e Contribuições a Pagar	4.699	-
Outros passivos circulantes	412	-
Caixa gerado pelas operações	**6.725**	**-**
Atividades de investimento		
Aquisição de Imobilizado	(376)	-
Aquisição de Direito de Uso	(402)	-
Caixa líquido das atividades de investimento	**(778)**	**-**
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**5.947**	**-**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	-	-
Saldo final	**5.947**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE SOLUÇÕES CIDADES INTELIGENTES E INFRAESTRUTURA DE UBERLÂNDIA S.A. - SPE
CNPJ nº 36.030.967/0001-63 NIRE nº 3130012960-8

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A ENGIE Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A. (SPE Uberlândia), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 2020, é uma sociedade de propósito específico, com prazo de duração determinado de 20 anos ou enquanto existir o contrato de concessão, e tem como objeto social a montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação, serviços de engenharia e de energia elétrica, manutenção de redes e sistemas eletroeletrônico, locação de máquinas e equipamentos, construção civil em geral, comércio atacadista e varejista de materiais e equipamentos e participação em consórcios e sociedades.

A ENGIE Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A. têm como Objeto Social único a exploração da concessão administrativa para prestação de serviços relativos à modernização, eficientização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública do Município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, e atividades relacionadas e a exploração de fontes de receitas acessórias, na forma de contrato de concessão administrativa e seus anexos (Contrato de Concessão Administrativa), conforme especificações do edital de licitação na modalidade de concorrência pública nº 568/2019 (Edital), com base em autorização pela Lei Municipal nº 13.043, de 2 de janeiro de 2019.

No exercício de 2020 a SPE Uberlândia firmou o contrato nº 011/2020 com o Município de Uberlândia e deu início as atividades contratuais em 23 de janeiro de 2020. A primeira fase contratual consistiu nas entregas do plano de transição, do CCO provisório e dos seguros, após aprovação por parte do município, e consequente formalização da data de eficácia, foi dado início a fase dois do contrato, nesta foram iniciados os serviços de Operação e Manutenção do Parque de Iluminação Pública, e ainda a entrega do plano estratégico, cadastro base do parque de iluminação pública e projetos executivos, neste momento foi iniciada a fase três, serviços de modernização do parque de iluminação pública.

A SPE Uberlândia aplicou aproximadamente 25 (vinte e cinco) milhões de reais no exercício de 2020 e atuou no gerenciamento de aproximadamente 87 (oitenta e sete) mil pontos de iluminação pública, realizou 42 (quarenta e duas) mil intervenções de manutenção corretiva e preventiva no parque de iluminação pública, além da modernização de 34 (trinta e quatro) mil pontos de iluminação pública em LED.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor e o Real como moeda funcional.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração, quando necessário, baseia-se em julgamentos e estimativas para o registro de certas transações. As principais estimativas utilizadas pela Empresa que afetam suas demonstrações financeiras são as vidas úteis do ativo imobilizado.

NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor de mercado. As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa em função da intenção de resgate no curto prazo, estando registradas pelo custo de aquisição e mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São registradas inicialmente pelo valor do serviço de concessão e posteriormente pelo custo amortizado.

a.3) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Estoque

Os materiais em estoque no almoxarifado estão registrados ao custo de aquisição, que não excede o valor de mercado.

c) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, conforme descrito na Nota 6 – Imobilizado, com base nas taxas anuais estabelecidas pela vida útil dos bens.

c.1) Impairment - Valor Recuperável de Ativos

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas que possam colocar em risco a continuidade de suas operações ou que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

d) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição e as demais obrigações pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

e) Reconhecimento da receita

A receita decorrente das atividades de manutenção ou melhoria da infraestrutura, deve ser identificada e contabilizada em consonância com o IFRS 15, correlato ao CPC 47 – Receita de contrato com cliente. As receitas são reconhecidas somente quando a obrigação de desempenho está satisfeita, e considera se uma obrigação de desempenho satisfeita quando cumprida a promessa de transferir o bem ou serviço ao cliente.

A empresa considera os termos do contrato e suas práticas de negócios usuais para determinar o preço da transação. O preço da transação é o valor da contraprestação que espera ter direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente. Para a mensuração do preço da transação, a empresa adota a abordagem do custo esperado mais margem de lucro, tomando como base a proporção dos trabalhos executados.

f) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados pelo lucro presumido, de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

g) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à vida útil do ativo imobilizado.

NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS (continuação)

h) Novas normas, alterações e interpretações emitidos recentemente e adotados pela empresa

O International Accounting Standards Board (IASB) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2020. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Empresa e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data publicação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 14				
Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (*Conceptual Framework*)	*Conceptual Framework*	10.12.2019	01.01.2020	Sem impactos relevantes
Alterações anuais IASB - Ciclo de melhorias 2017-2019	Diversos	10.12.2019	01.01.2020	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 15				
Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros	IFRS 9	06.05.2020	01.01.2020	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16				
Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos	IFRS 16	07.07.2020	01.01.2020	Sem impactos relevantes

Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 14 que alterou o CPC 00, quanto a abordagem de questões e orientações que, anteriormente, não estavam atualizadas ou claras.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 15 que alterou o CPC 48, quanto a definição do termo "Reforma da Taxa de Juros de Referência".

Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16 que alterou o CPC 06 (R2), em decorrência de Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

i) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2021, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Empresa:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data publicação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17				
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos e CPC 48 – Instrumentos Financeiros	IFRS 16 e 9	11.02.2021	01.01.2021	Sem impactos relevantes

Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17 que alterou o CPC 06 (R2) e o CPC 48 em decorrência da definição do termo "Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2".

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo está representado, substancialmente, por contas correntes e aplicações financeiras de liquidez imediata, demonstrado da seguinte forma:

	31.12.2020	31.12.2019
Caixa e depósitos bancários à vista	176	-
Aplicações Financeiras	5.771	-
	5.947	-

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER

As contas a receber são oriundas do seguinte compromisso:

a) **Contrato de Concessão Público Privado – PPP com a Prefeitura de Uberlândia.**

O concessionário deve reconhecer um ativo financeiro à medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços prestados de acordo com o Contrato de Concessão assinado com a Prefeitura de Uberlândia.

O ativo financeiro refere-se aos investimentos realizados e previstos no contrato de concessão e não amortizados até o final da concessão por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão (IFRIC 12).

O reconhecimento dos Ativos Financeiros devem abordar as questões relativas ao tratamento contábil dos direitos do operador sobre a infra-estrutura, do reconhecimento e mensuração de transações relativas aos contratos de concessão com ênfase nos seguintes aspectos: mensuração dos valores da concessão, contabilização dos serviços de manutenção e modernizações. O valor devido do ativo financeiro é mensurado pelo valor justo por meio do resultado e estão registrados como circulante os valores esperados para receber nos próximos 12 meses subsequente. A seguir, demonstramos as contas a receber:

	31.12.2020			31.12.2019
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Contas a receber - contrato de concessão	11.982	10.312	**22.294**	-
Contas a receber - outras	7	-	7	-
	11.989	**10.312**	**22.301**	-

NOTA 6 – IMOBILIZADO

O grupo está demonstrado da seguinte forma:

Composição		31.12.2020			31.12.2019
	Taxa média anual de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em Operação					
Equipamentos Informática	20%	93	(13)	80	-
Móveis e Utensílios	10%	7	-	7	-
Máquinas e Equipamentos	10%	159	(5)	154	-
Equipamentos em Prop.Terc.	10%	9	-	9	
Benfeitoria em Prop. Terc.	4%	108	(12)	96	-
		376	**(30)**	**346**	**-**

Em 31 de dezembro de 2020, as análises da administração não identificaram indícios internos ou externos de redução relevante nos valores de recuperação para seus ativos imobilizados, dispensando a realização de ajustes por impairment. De acordo com o CPC 27 e ICPC 10, a sociedade optou por não mensurar seus ativos imobilizados na data de transição pelo valor justo, optando por manter o custo de aquisição do imobilizado. A sociedade entende que as taxas de depreciação atualmente utilizadas refletem adequadamente a vida útil e econômica desses ativos.

NOTA 7 – DIREITOS DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

A empresa avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Os contratos de arrendamento que se enquadraram nos critérios obrigatórios de reconhecimento conforme o CPC 06 (R2) / IFRS 16 se referem, em sua totalidade, a aluguéis de imóveis que são utilizados como sedes administrativas e comerciais da empresa.

Os grupos estão demonstrados da seguinte forma:

Ativo	31.12.2020			31.12.2019
	Valor	Amortização	Valor líquido	Valor líquido
Direito de Uso Imóveis e Outros	402	(110)	292	-
	402	**(110)**	**292**	**-**

NOTA 7 – DIREITOS DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS (continuação)

Passivo	31.12.2020						31.12.2019
	Valor	Amortização	Juros	Valor líquido	Circulante	Não circulante	Valor líquido
Arrendamentos a pagar	432	(118)	(21)	293	171	122	-
	432	**(118)**	**(21)**	**293**	**171**	**122**	-

NOTA 8 – FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes pelo fato do pagamento ser devido no período de um ano. O saldo demonstrado em 31/12/2020 era de R$ 10.709 milhões (R$ 0 em 31/12/2019).

NOTA 9 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito da Empresa em 31.12.2020 é de R$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), subscrito e integralizado, representado por 25.000.000 ações sem valor nominal, pertencentes à empresa pela **SADENCO Sul-Americana de Engenharia e Comércio Ltda. (SADENCO)**, conforme descrito no Estatuto Social, item "Controle Societário".

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido do período, conforme artigo 193 da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Reserva de lucros

A reserva de lucros representa o lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, constituído à alíquota de 25%.

NOTA 10 – CONCILIAÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA

Em atendimento às exigências do CPC 30 - Receitas, a tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita líquida de serviços:

	31.12.2020	31.12.2019
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Serviços da concessão	**29.366**	-
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e COFINS	(17)	-
ISS	(1.976)	-
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	**27.373**	-

NOTA 11 – GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão de risco

Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos de seus negócios, a Empresa segue integralmente as regras do Comitê de Gerenciamento de Riscos da ENGIE do Brasil Participações Ltda., sua controladora indireta. Os negócios da Empresa, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos:

a.1) Risco de mercado

Risco onde as alterações nos preços de mercado, tais como taxa de juros, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor dos seus instrumentos financeiros.

Estes riscos estão relacionados com a possibilidade de a Empresa vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras.

a.2) Risco de crédito

Este risco é basicamente o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Nas operações de aplicação no mercado financeiro, a Empresa prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras.

a.3) Risco de liquidez

Risco de a empresa encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A Empresa, no intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, utiliza a política de caixa mínimo, revisado anualmente com base nas projeções de caixa e monitorado mensalmente.

NOTA 12 – EVENTO SUBSEQUENTE

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 até a data da emissão das demonstrações financeiras.

NOTA 13 – COMBATE AOS EFEITOS DA COVID19 – "CORONAVÍRUS"

Em 11.03.2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracterizou a propagação da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, como pandemia, fazendo com que os países adotassem abordagens que possibilitem a prevenção de infecções, a preservação da vida e a minimização dos impactos decorrentes da referida doença.

Em decorrência da pandemia, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. Estas medidas resultaram em desaceleração da cadeia de suprimentos e significativo impacto na economia global. Em 2020, a Empresa não apurou impactos em suas demonstrações financeiras decorrentes da pandemia.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020, da **ENGIE Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A. (SPE Uberlândia)**

DIRETORIA EXECUTIVA

Marcus Cerqueira Pimenta da Cunha
Diretor

Alexandre Akira Fugimoto
Gerente Administrativo e Controladoria

Nilton Hausmann
Contador - CRC SC- nº ISC005486 O7